

Conferência

“A redução da Taxa Social Única e a reforma da segurança social”

IDEFF – Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Lisboa, 26 de Maio de 2015

A redução da TSU: impacto financeiro, económico e social

Maria Margarida Corrêa de Aguiar

O papel chave da TSU

- ❑ A TSU não é um imposto
- ❑ É uma taxa específica que deve financiar uma provisão imprescindível
- ❑ É um mecanismo essencial num modelo que tem funções relevantes:
 - De segurança: redistribuição intrapessoal do rendimento ao longo da vida, aforro do rendimento do trabalho
 - De seguro social: pagamento de prestações imediatas e diferidas substitutivas do rendimento do trabalho
- ❑ Tem um relevante papel económico e social que é atribuído a todas as prestações contributivas
- ❑ Pode e deve ter uma função regulatória importante na economia e nos comportamentos dos agentes económicos e sociais

TSU: Funções económica, financeira e social

- ❑ O financiamento das prestações contributivas não deve estar dissociado do acto que motiva a contribuição financeira e que forma o direito às respectivas prestações
- ❑ Os benefícios cobertos devem poder ser valorizados pelos seus beneficiários e deve existir uma ligação clara e transparente entre o benefício e o seu pagamento
- ❑ A TSU e o nível dos benefícios têm impacto sobre o custo do factor trabalho, o emprego e a competitividade
- ❑ Quando o nível de provisão é excessivo afecta as actividades económicas e pode colocar em crise a sustentabilidade financeira e a equidade intergeracional do sistema

TSU é a única fonte de financiamento das prestações contributivas

A TSU não é uma taxa actuarial, é uma taxa administrativa

Contexto económico, demográfico, financeiro e social

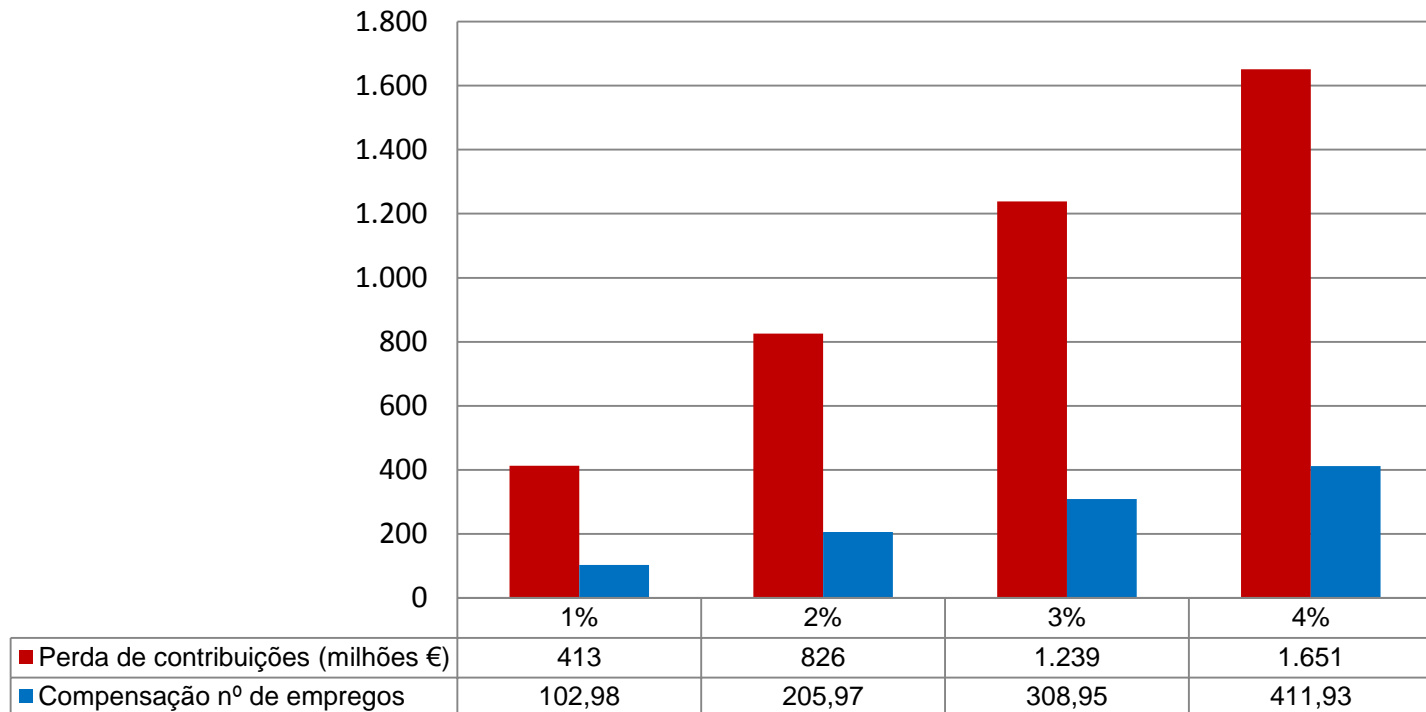
- ❑ Elevadas taxas de desemprego, incapacidade de geração de emprego sustentável, ineficiências no mercado de trabalho
- ❑ Potencial redução da competitividade da economia portuguesa com a descida da TSU adoptada por outros países
- ❑ Restrições financeiras orçamentais significativas
- ❑ Condições económicas e demográficas adversas
- ❑ Acentuada redução das taxas de substituição | Menor adequação do rendimento na reforma
- ❑ Descaracterização do sistema | Perda de coerência interna do sistema, quebra de princípios fundamentais: contributividade, confiança
- ❑ Perda de autonomia e solidez financeira do sistema
- ❑ Existência de desequilíbrios actuariais e financeiros estruturais do sistema
- ❑ Degradação dos níveis de autofinanciamento do sistema | Recurso crescente aos impostos

TSU: barreiras à redução

- ❑ Há um problema de sustentabilidade do sistema de segurança social
- ❑ Alterações da TSU devem ser enquadradas num projecto de reforma da segurança social
- ❑ Medidas avulsas são perigosas
- ❑ Reduções da TSU só por compensação com o aumento de outros impostos ou alargamento da base de incidência
- ❑ Escolha selectiva dos impostos em função dos efeitos de eficiência/ineficiência nas actividades económicas e ao nível de efeitos redistributivos | Na Europa o IVA tem sido o instrumento de eleição
- ❑ Não há transparência, não há avaliações e estudos de qualidade, não há contas rigorosas | Não há um centro de estudos de excelência | Há proclamações e “actos de fé” | Contamina o debate, o escrutínio público e a decisão política | Não pode haver dúvidas sobre a realidade

Flash: impacto da redução da TSU

Redução TSU e Perda de contribuições



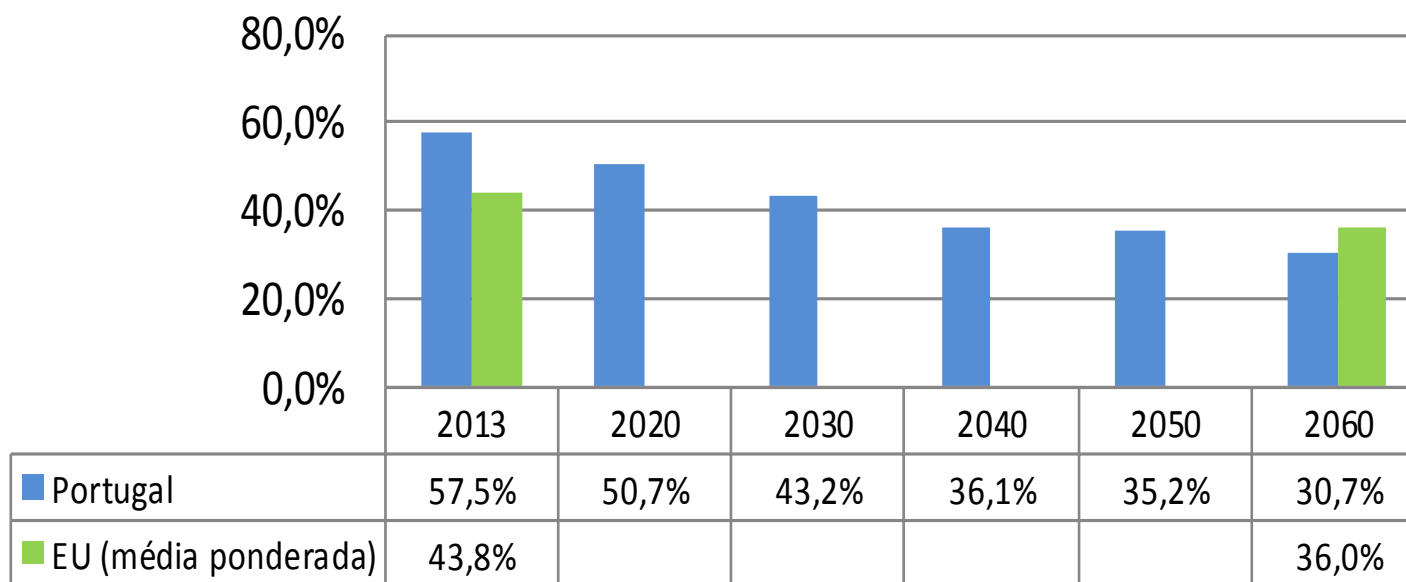
Restrições e condições à redução da TSU

- ❑ Efeitos da redução da TSU sem compensação financeira imediata
 - Aumento de necessidades financeiras do sistema a somar aos défices financeiros existentes | Estratégia com elevado risco financeiro
 - Redução de pensões a somar a taxas de substituição baixas e decrescentes | Risco de inadequação do rendimento e de pobreza na reforma
 - Neutralidade actuarial não resolve o problema das necessidades de financiamento intercalar
 - Deteriora a fragilidade financeira do sistema
 - Aumenta a dependência do sistema do Orçamento do Estado
 - Contribui para acentuar a descaracterização do sistema

- ❑ A propósito da redução da TSU dos trabalhadores
 - Configura uma espécie de “plafonamento vertical temporário obrigatório” | Problemas de equidade

Evolução da taxa de substituição (média)

Evolução da taxa de substituição pensão pública



Fonte: 2015 Ageing Group, Comissão Europeia

Níveis de autofinanciamento das pensões (2014)

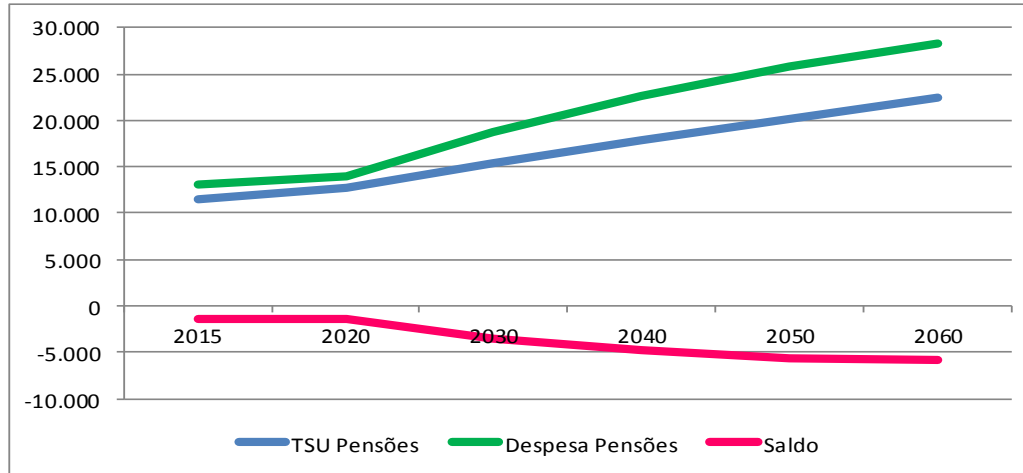
(milhões euros , 2014)	Fontes de Financiamento				Total de Despesas com Pensões		
	Contribuições %		Impostos - OE %		% PIB	% Despesa Pública	
Regimes Contributivos	14.990	69,7%	6.518	30,3%	21.508	12,7%	27,3%
Segurança Social	11.223	89,0%	1.391	11,0%	12.614		
Caixa Geral Aposentações	3.767	42,4%	5.127	57,6%	8.894		
Regimes Não Contributivos			2.707		2.707	1,6%	3,4%
Pensões e Complementos Sociais			2.707		2.707		
Outros Regimes	289		502		791	0,5%	1,0%
Pensões dos Bancários			502		502		
Fundos de Pensões - CGA	289				289		
Total	15.279	61,1%	9.727	38,9%	25.006	14,8%	31,8%

Nº Pensionistas, 2013 (milhares)	Velhice Invalidez Sobrevivência			
	Segurança Social	3.001	2.019	267
Caixa Geral Aposentações	614	471		143
Total	3.615			
Pensões Sociais	1.200			
Pensões dos Bancários	30			
Fundos de Pensões - CGA	44			
Total	74			

Fonte: Segurança Social, CGA, Pordata

Nota 1: As pensões pagas através de fundos de pensões deixam, a partir de Setembro de 2014, de contar para a despesa pública (SEC - State Examinations Commission). Nota 2: O número de pensionistas é um totalizador de pensões atribuídas pelos vários regimes, inclui sobreposições de contagens. A dimensão desta sobreposição não é tornada pública. O relatório "2012 Ageing Group" refere um total, em 2010, de 2,6 milhões de pensionistas.

Dívida implícita do sistema de pensões da SS



Segurança Social - regime contributivo

(milhões EUR, horizonte temporal 2060)

(1ª) Dívida implícita (i) **99.153**

Em % PIB 2013 **59,9%**

- Afectação do FEFSS **11.602**

= (2ª) Dívida implícita **87.551**

Em % PIB 2013 **52,9%**

Fonte: Relatório de Sustentabilidade Financeira da Segurança Social, Anexo ao

OE 2014 | Cálculos C. Pereira da Silva, Janeiro de 2014

(i)TSU=26,94% | Taxa de desconto 3,8%

Eficiência da TSU

- ❑ Algumas ideias *target* para melhorar a eficiência da TSU
 - Escolha selectiva de sectores e actividades e de outros factores associados à criação do emprego | Sectores bens transaccionáveis, dimensão das empresas, criação de emprego líquido

- ❑ Alterações na modulação da TSU - incentivos/desincentivos - para promover comportamentos das empresas com efeitos positivos no mercado trabalho/economia e na despesa agregada das prestações | ex. TSU mais elevada para as empresas que mais contribuem para o desemprego, rotatividade dos contratos, precariedade do trabalho/emprego

- ❑ Reduções da TSU direccionadas para grupos específicos de trabalhadores – isenções, bonificações – com financiamento assegurado | Medidas activas de emprego: desemprego jovem, desemprego de longa duração

Conclusões

- ❑ Há problemas financeiros no sistema de segurança social
- ❑ **Alterações da TSU devem ser enquadradas num projecto de reforma da segurança social**
- ❑ **Reduções da TSU só com o aumento de outros impostos**
- ❑ Há espaço para melhorar a eficiência da TSU
- ❑ Necessidade de estudo e transparência
- ❑ Há problemas urgentes para resolver
 - Repor a confiança no sistema | Conferir estabilidade e previsibilidade
 - Reforçar o princípio da contributividade
 - Incentivar a participação formal no mercado de trabalho e a declaração de rendimentos | Combate a evasão contributiva
 - Ajustar os benefícios ao esforço contributivo e vice versa
 - Alargar as fontes de financiamento | IVA Social (!) | Trazer para dentro do sistema actividades económicas de capital intensivo e de elevada incorporação tecnológica

Obrigada

A redução da TSU: impacto financeiro, económico e social

Maria Margarida Corrêa de Aguiar